

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Outubro de 2012*

**ACTA**

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências  
. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação de Propostas de Acta

3.1. - 21.06.2012

3.2. - 27.06.2012

Ponto 4. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

- . Agrupamento de Escolas de Soure
  - Programa Escolhas
- . Acordo de Consórcio

Ponto 5. **ACÇÃO SOCIAL**

- . APOIOS AO INVESTIMENTO
  - 2012 – (2)

Ponto 6. **ACÇÃO SOCIAL**

- . PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO
  - APPACDM de Soure - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Soure

***19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Outubro de 2012***

**Ponto 7. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

- . RAMAIS /BAIXADAS E PROLONGAMENTOS DE REDE
- . Rede de Distribuição e Iluminação Pública em Soure
  - Homologação do Auto de Recepção Provisória

**Ponto 8. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO**

- . ILUMINAÇÃO PÚBLICA
- . Preparação de Concurso Público Internacional
  - Adjudicação

**Ponto 9. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO**

- . URBANIZAÇÃO E URBANISMO
- . Construção de Passeios em Brunhós
  - Escolha de Procedimento Prévio

**Ponto 10. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA**

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
- . Desvio de Conduta no IC2 no Cruzamento do Caminho, Casconho/Baixos
  - Homologação do Auto de Recepção Provisória

**Ponto 11. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

- . APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA
  - RLCTM - Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais
- . Isenção do Pagamento de Taxas (Proc. 49/2011)

**Ponto 12. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

- . APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA
  - RLCTM - Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais
- . Isenção do Pagamento de Taxas (Proc. 43/2012)

***19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Outubro de 2012***

**Ponto 13. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO**

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE - EM ZONAS RURAIS
- . Arruamentos Diversos na Freguesia de Vila Nova de Anços
  - Homologação do Auto de Recepção Provisória

**Ponto 14. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO**

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE - EM ZONAS RURAIS
- . Arruamentos Diversos na Freg. da Vinha da Rainha
  - Homologação do Auto de Recepção Provisória

**Ponto 15. RECURSOS HUMANOS**

- . Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho
- . Contratação de Serviços Externos
  - Adjudicação

**Ponto 16. REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA**

- Pronúncia

**Ponto 17. LICENCIAMENTO ZERO**

- . Agência para Modernização Administrativa, I.P. (AMA)
  - Designação de Interlocutor

**Ponto 18. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09***

**19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Outubro de 2012**

**Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações**

O Senhor Presidente deu início à reunião, prestando a(s) seguinte(s) informação(ões):

\* NÓ DE SOURE

Naturalmente, foi com muita satisfação que constatámos o início da Construção do Novo Nó de Soure, já no corrente mês de Outubro... Releve-se que a empresa adjudicatária, o Grupo Ferroviário Agroman, já nos pediu apoio na distribuição de um folheto explicativo em que, entre outras informações, é referido que a obra se deverá realizar de Outubro de 2012 a Dezembro de 2013...

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências  
. Licenciamento de Obras Particulares**

*Foi tomado conhecimento do(s) licenciamento(s) de obras particulares verificado(s) no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----*

**Ponto 3. Apreciação de Propostas de Acta**

3.1. - 21.06.2012

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Acta. -----*

3.2. - 27.06.2012

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Acta. -----*

**Ponto 4. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO**

**. Agrupamento de Escolas de Soure**

**- Programa Escolhas**

**. Acordo de Consórcio**

O Senhor Presidente referiu que: “o Agrupamento de Escolas de Soure vai apresentar uma Candidatura ao Programa Escolhas... Trata-se de um programa que, sendo educativo, também é social, uma vez que trata de promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos sócio-económicos vulneráveis... É caso para dizer que a nossa Política Municipal, na Educação e na Acção Social, também já

**19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Outubro de 2012**





chegou ao Agrupamento de Escolas de Soure... Assim, propõe-se que se aprove o presente Acordo de Consórcio.”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar o presente Acordo de Consórcio. -----*

**Ponto 5. ACÇÃO SOCIAL**  
**. APOIOS AO INVESTIMENTO**  
**- 2012 – (2)**

Foi presente a seguinte proposta:

**ACÇÃO SOCIAL**  
**Apoios ao Investimento // 2012 - (2)**  
**PROPOSTA**

ENTIDADE	TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	
		<b>225.000,00 €</b> 1)
		
		

A Vereadora\*  
(Ana Maria Treno, Dra.)  
2012.10.09

\* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor  
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009.

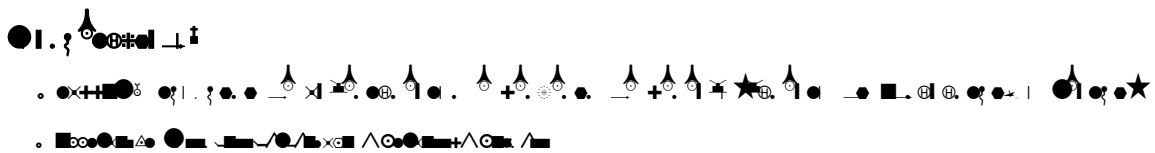
1) Ver Nota Explicativa, na Página 2

**19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Outubro de 2012**

Os valores propostos para Apoio ao Investimento correspondem a **15%** do **Investimento Total Elegível**, até ao máximo de 225.000,00 €.

O Investimento Total Elegível é o valor como tal considerado nos Protocolos das Candidaturas aprovadas, integrando, designadamente, as seguintes “Parcelas”:

- Edificações e Instalações Técnicas
- Equipamento
- Estudos e Projectos



~ 1.600.021,19 x 0,15 = 240.003,18 €

~ Valor Máximo ~ 225.000,00 €

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno. -----*

**Ponto 6. ACÇÃO SOCIAL**

**. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO**

**- APPACDM de Soure - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do  
Cidadão Deficiente Mental de Soure**

**EDUCAÇÃO// ACÇÃO SOCIAL**

**PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO**

ENTRE

**MUNICÍPIO DE SOURE**

E

**APPACDM DE SOURE**

**O Reordenamento da Rede Escolar** em curso com o objectivo muito claro de promover a **melhoria das condições de ensino/aprendizagem dos Alunos**, assegurando-lhes o acesso a recursos mais adequados às exigências pedagógicas e familiares actuais, tem vindo a **libertar/disponibilizar edifícios de antigas Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico** cuja actividade foi suspensa.

**19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Outubro de 2012**

**A Cultura, o Desporto e os Tempos Livres, a Acção Social, a Protecção Civil** são, entre outras, **Atribuições legalmente previstas para as Autarquias Locais...**

**As Instituições Culturais, Desportivas... desenvolvem, nas comunidades onde estão inseridas, múltiplas Actividades de inegável Alcance Social.**

Nesta ambiência, **a definição de Formas de Apoio e de Colaboração** consideradas adequadas, **deverá constituir um imperativo a concretizar.**

Assim, de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e também nos termos do seu art.º 67.º,

**entre o Primeiro Outorgante,**

MUNICÍPIO DE SOURE, com o número de identificação de pessoa colectiva de direito público, 507103742, representado, ao abrigo das alíneas a) do n.º 1 e h) do n.º 2 do art.º 68.º, pela Senhora Vereadora da Câmara Municipal, *Ana Maria dos Santos Costa Treno, Dra.*, com Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Despacho do Senhor Presidente da Câmara de 06.11.2009.

**e o Segundo Outorgante,**

APPACDM DE SOURE - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL DE SOURE, com sede social em Soure, Freguesia de Soure, com o número de identificação fiscal, 505391180, representado neste acto por *Cândido Manuel Fernandes do Bem*, na qualidade de Presidente da Direcção...

...é subscrito o Protocolo de Colaboração decorrente da Deliberação de Câmara, de 11.10.2012, que se consubstancia nas cláusulas seguintes:

**Cláusula I  
(Objecto)**

**O presente Protocolo tem por Objecto a Cedência, a título gratuito, pelo Primeiro Outorgante, e por aplicação conjugada do n.º 1 do art.º 11.º, da alínea d) do n.º 1 do art.º 13.º e da alínea b) do n.º 1 do art.º 19.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, ao Segundo Outorgante, do Edifício afecto à antiga Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico Soure - Sul, inscrita na matriz predial urbana da Freguesia de Soure sob o art.º n.º 5421.º.**

**Cláusula II  
(Utilização do Imóvel pelo Segundo Outorgante)**

**Esta Cedência tem como Objectivo apoiar a prossecução das Actividades desenvolvidas no âmbito do Objecto Social do Segundo Outorgante por estas serem de manifesto Interesse Municipal, estando vedada qualquer outra utilização, sob pena de restituição imediata do imóvel ao Primeiro Outorgante, com perda de quaisquer direitos quanto a benfeitorias realizadas no mesmo.**

***19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Outubro de 2012***

**Cláusula III  
(Obrigações do Segundo Outorgante)**

- a) - Guardar e conservar o prédio, nas condições existentes nesta data;
- b) - Solicitar, por escrito, ao Primeiro Outorgante, autorização para a realização de quaisquer benfeitorias no imóvel cedido, bem como tolerar quaisquer benfeitorias que o Primeiro Outorgante nele queira realizar;
- c) - Facultar ao Primeiro Outorgante o exame do mesmo, sempre que tal se lhe afigure necessário;
- d) - Não afectar o imóvel a fim diverso do autorizado;
- e) - Não proporcionar a terceiro o uso do prédio, excepto com autorização do Primeiro Outorgante, que deve ser solicitada até quinze dias úteis prévios a essa utilização;
- f) - Avisar imediatamente, por escrito, o Primeiro Outorgante sempre que tenha conhecimento de defeitos estruturais ou funcionais no imóvel ou saiba que o ameaça algum perigo ou que terceiro se arroga direitos em relação a ele, desde que o facto seja ignorado pelo Primeiro Outorgante;
- g) - Restituir o prédio findo o prazo convencionado, caso não haja renovação automática.

**Cláusula IV  
(Responsabilidade do Primeiro Outorgante)**

O Primeiro Outorgante não responde pelos defeitos estruturais ou funcionais do prédio, excepto quando se tiver expressamente responsabilizado ou quando tiver procedido com dolo.

**Cláusula V  
(Duração)**

Esta cedência é válida por um ano, com renovação automática, a não ser que qualquer dos Outorgantes a denuncie no prazo de 30 dias antes do seu terminus.

**Cláusula VI  
(Restituição Imediata do Prédio Antes do Fim do Prazo)**

- O Primeiro Outorgante pode sempre exigir ao Segundo a restituição imediata do imóvel se:
- a) - A utilização do mesmo for afecta a fim diferente do autorizado;
  - b) - Se verificar incumprimento de qualquer das obrigações expressas na cláusula III.

**Cláusula VII  
(Responsabilidade pela Deterioração do Prédio)**



**19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Outubro de 2012**

1. Se o imóvel se deteriorar casualmente, o Segundo Outorgante é responsável, devendo custear quaisquer reparações necessárias, excepto se, manifestamente, nada tivesse podido fazer para o evitar.
2. Será igualmente responsável pela sua deterioração, se o tiver utilizado para fim diverso do permitido, ou se tiver consentido que terceiro o tivesse usado sem que para isso estivesse autorizado, a não ser que seja evidente ou que se prove que aquela teria ocorrido de igual modo.

**Cláusula VIII  
(Benfeitorias)**

No que concerne às benfeitorias, o Segundo Outorgante:

- a) - Tem direito a ser indemnizado das benfeitorias necessárias que tenha feito, devidamente autorizadas, desde que não tenham sido custeadas pelo Primeiro Outorgante;
- b) - O valor das indemnizações deverá ser calculado segundo as regras do enriquecimento sem causa.

**Cláusula IX  
(Situações Omissas)**

Qualquer situação omissa neste Protocolo será submetida à consideração do Primeiro Outorgante e decidida de acordo com o seu entendimento.

Paços do Município de Soure, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012

A Vereadora da Câmara Municipal  
de Soure \*

O Presidente da APPACDM  
de Soure

(Ana Maria Treno, Dra.)

(Cândido Manuel Fernandes do Bem)

\* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor  
Presidente de Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Protocolo de Colaboração. ---*

*O Senhor Presidente, Dr. João Gouveia, e o Senhor Vice-Presidente, Dr. Santos Mota, ausentaram-se, não tendo participado na votação. \_\_\_\_\_*

**Ponto 7. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA**  
    . RAMAIS /BAIXADAS E PROLONGAMENTOS DE REDE  
    . Rede de Distribuição e Iluminação Pública em Soure

**19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Outubro de 2012**

**- Homologação do Auto de Recepção Provisória**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO - ILUMINAÇÃO PÚBLICA  
RAMAIS/BAIXADAS E PROLONGAMENTOS DE REDE  
REDE DE DISTRIBUIÇÃO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM SOURE  
RECEÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de Câmara de **29.02.2012**, à empresa **Helenos, S.A.**, pelo valor de **34.982,79 €**, acrescido de IVA, tendo atingido o valor final de **34.461,25 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,  
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais  
(Mário Monteiro, Engº.)  
09.10.2012

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços. \_\_\_\_\_*

**Ponto 8. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO  
. ILUMINAÇÃO PÚBLICA  
. Preparação de Concurso Público Internacional  
- Adjudicação**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO  
ILUMINAÇÃO PÚBLICA  
\* PREPARAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL  
- ADJUDICAÇÃO**

Por deliberação da Reunião de Câmara, de 14.09.2012, foi decidido recorrer à figura do ajuste directo, como procedimento prévio à adjudicação do serviço acima mencionado.

Das empresas consultadas, apenas a seguinte apresentou proposta:

EMPRESA	VALOR
ReportMaxi - Consultores, Lda.	4.950,00 euros

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e o preço da proposta é inferior ao preço base definido, sugerimos a adjudicação do presente serviço à mesma.

Não é obrigatória a celebração de contrato escrito nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 95º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

## ***19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 11 de Outubro de 2012***

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 103º do Código de Procedimento Administrativo, sugere-se a dispensa de audiência prévia uma vez que a adjudicação é favorável ao interessado.

### **CONCLUSÃO**

Tendo em conta a presente informação, sugerimos:

1. A dispensa de audiência prévia;
2. A adjudicação do presente serviço à empresa “ReportMaxi - Consultores, Lda.”;
3. Autorização para a realização da despesa no valor de 4.950,00 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

À consideração superior,  
O Técnico-Superior,  
(Ivo Costa, Dr.)  
02.10.2012

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.* \_\_\_\_\_

### **Ponto 9. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO**

- . URBANIZAÇÃO E URBANISMO
- . Construção de Passeios em Brunhós
- Escolha de Procedimento Prévio

Foram presentes as seguintes informações:

**Assunto: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO  
CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS EM BRUNHÓS  
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Com vista à realização da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

#### **1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o **preço base** é de **45.588,50 euros**, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro –.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito da competência quer do Presidente da Câmara Municipal, quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros – cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho –.

O encargo previsto para a presente empreitada tem, em parte, dotação no orçamento para o presente ano de 2012 pela rubrica **03.01.07.01.04.01** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **05.004 2012/104**.

#### **2. PROCESSO**

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

**19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Outubro de 2012**

**3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES**

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do Código dos Contratos Públicos, à seguinte entidade:

- **Gadanha Pavimentos, Lda**

**4. JÚRI**

Uma vez que se sugere a consulta a apenas uma empresa, não há lugar a constituição de júri – cf. n.º 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos.

À consideração superior,  
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais  
(Mário Monteiro, Eng.º)  
01.10.2012

e

**Assunto: Habitação, Urbanismo e Urbanização**

*Urbanização e Urbanismo  
Construção de Passeios em Brunhós*

De acordo com indicações superiores, foi solicitado um levantamento da situação atual da zona a intervencionar no local supracitado.

Após visita ao local, foi elaborado um orçamento/medições, dos trabalhos a realizar, o qual se encontra em anexo. Sendo o valor total dos trabalhos de **45.588,50 + IVA**.

Deste modo, propõe-se a construção de passeios em calçada miúda de vidraço branco e zonas de estacionamento em calçada grossa de cubos em granito.

Sugere-se, assim, o recurso ao Ajuste Direto, para a realização dos referidos trabalho, com convite à seguinte empresa:

1. Gadanha Pavimentos, Lda.

À consideração superior,  
O Técnico  
(Mauro Alegre, Eng.)  
26.09.2012

PARECER  
Não se vê inconveniente.  
À Consideração Superior,  
2012.10.01  
(Mário Monteiro, Eng.º - Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais)

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adoção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.* \_\_\_\_\_

**Ponto 10. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA**

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
- . Desvio de Conduta no IC2 no Cruzamento do Caminho, Casconho/Baixos

**19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Outubro de 2012**

**- Homologação do Auto de Recepção Provisória**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: ABASTECIMENTO PÚBLICO / ÁGUA  
CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE  
DESVIO DE CONDUTA NO IC2 NO CRUZAMENTO DO CAMINHO DO CASCONHO / BAIXOS  
RECEÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **15.03.2012**, à empresa **Pinto & Brás, Ld.ª**, pelo valor de **13.803,10 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,  
O Chefe Divisão O.P.M.  
(Mário Monteiro, Eng.º)  
02.10.2012

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços. \_\_\_\_\_*

**Ponto 11. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

**. APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA**

**- RLCTM - Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais  
. Isenção do Pagamento de Taxas (Proc. 49/2011)**

Foram presentes as seguintes informações:

**Assunto: RLCTM – REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS  
DO MUNICÍPIO DE SOURE**

- Comunicação prévia das obras para legalização de armazém
- Carlos Cordeiro Rodrigues Nunes
  - \* Isenção do pagamento da taxa

O Sr Carlos Cordeiro Rodrigues Nunes é titular de um processo relativo a uma comunicação prévia de obras (Processo nº 49/2011) para legalização de um armazém, no lote 6 da Zona Industrial de Soure.

No âmbito deste processo, e nos termos do nº 2 do artigo 36-A do DL 555/99 com a redação do DL 26/2010, o interessado pode dar início às obras, efetuando previamente o pagamento das taxas através de autoliquidação.

Solicita a isenção do pagamento das respetivas taxas.

O valor da taxa a autoliquidar seria de 285 €.

Tendo em conta a informação jurídica em anexo, o requerente reúne os requisitos previstos no artigo 25º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, pelo que pode ser isenta do pagamento da taxa referente à comunicação prévia das obras para legalizar um armazém.

**19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Outubro de 2012**

À Consideração Superior  
Maria José Carvalho – Engª Civil  
Chefe de Divisão G.U.P.  
8 de outubro de 2012

**DESPACHO**

Deferido o pedido de Isenção de Taxas  
de acordo c/ a informação técnica.  
À Reunião de Câmara p/ conhecimento.  
O Vice-Presidente, Dr. Santos Mota)\*  
08.10.2012

\* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo  
Exm.º Senhor Presidente da Câmara Municipal,  
Despachos de 03.11.2009 e de 06.11.2009.

e

**assunto:** Comunicação Prévia para Legalização de Armazém

**processo:** 49/2011

**requerente:** Carlos Cordeiro Rodrigues Nunes

**local:** Zona Industrial - Zona Industrial - Soure

**Assunto: Isenção de Taxas**

Relativamente à questão colocada sob análise jurídica somos a informar o seguinte:

Através do requerimento referido em epígrafe, vem, o requerente Carlos Cordeiro Rodrigues Nunes, solicitar a isenção de taxas devidas pela admissão de comunicação prévia de obras de construção de armazém.

As obras realizam-se na Zona Industrial de Soure (ZIS).

A isenção ou redução subjectiva de taxas municipais, encontra-se prevista no Capítulo III do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais.

O n.º2 do artigo 25.º, dispõe que *“todos os pedidos relativos a operações urbanísticas estão isentos do pagamento de taxas quando digam respeito a edificações localizadas dentro das Zonas de Actividade Económica.”*

O n.º10 do mesmo artigo, refere ainda que a apreciação e decisão de eventual isenção ou redução de taxas, carece de formalização de pedido que deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária.

Analizando o pedido verifica-se que a operação urbanística se insere em Zona de Actividade Económica do concelho de Soure, pelo que se encontra reunido o requisito previsto no n.º2 do referido artigo 25.º, no que respeita à localização da operação urbanística.

**Em face do exposto somos de parecer que:**

**19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Outubro de 2012**

O requerente reúne o requisito previsto no n.º2 do artigo 25.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, pelo que está isento do pagamento das taxas municipais referentes ao processo em questão.

3 de Outubro de 2012  
À consideração superior,  
(Edgar J. Domingues, Dr.)

*Foi tomado conhecimento.* \_\_\_\_\_

**Ponto 12. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

**. APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA**

- RLCTM - Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais**
- . Isenção do Pagamento de Taxas (Proc. 43/2012)**

Foram presentes as seguintes informações:

**Assunto: RLCTM – REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SOURE**

- Comunicação prévia das obras para realizar obras de acabamentos em edifício destinado a indústria
- Kaye- Aluminium Coimbra, lda
- \* Isenção do pagamento da taxa

A Kaye – Aluminium Coimbra, Lda é titular de um processo relativo a uma comunicação prévia de obras (Processo nº 43/2012) para conclusão das obras num edifício destinado a indústria de perfilagem de alumínio por extrusão, no lote 25 da Zona Industrial de Soure.

No âmbito deste processo, e nos termos do nº 2 do artigo 36-A do DL 555/99 com a redação do DL 26/2010, o interessado pode dar início às obras, efetuando previamente o pagamento das taxas através de autoliquidação.

Solicita a isenção do pagamento das respetivas taxas.

O valor da taxa a autoliquidar seria de 315 €.

Tendo em conta a informação jurídica em anexo, a requerente reúne os requisitos previstos no artigo 25º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, pelo que pode ser isenta do pagamento da taxa referente à comunicação prévia para conclusão das obras.

À Consideração Superior  
Maria José Carvalho – Engª Civil  
Chefe de Divisão G.U.P.  
8 de outubro de 2012

DESPACHO  
Deferido o pedido de Isenção de Taxas  
de acordo c/ a informação técnica.

## ***19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 11 de Outubro de 2012***

À Reunião de Câmara p/ conhecimento.  
O Vice-Presidente, Dr. Santos Mota)\*  
08.10.2012

\* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo  
Exm.º Senhor Presidente da Câmara Municipal,  
Despachos de 03.11.2009 e de 06.11.2009.

e

**assunto:** Comunicação Prévia realizar obras de acabamentos de Indústria

**processo:** 43/2012

**requerente:** Kaye- Aluminium Coimbra, Lda

**local:** Zona industrial - Soure

### **Assunto: Isenção de Taxas**

Relativamente à questão colocada sob análise jurídica somos a informar o seguinte:

Através do requerimento referido em epígrafe, vem, a sociedade “Kaye-Aluminium Coimbra, Lda.”, solicitar a isenção de taxas devidas pela admissão de comunicação prévia de obras de construção de armazém.

As obras realizam-se na Zona Industrial de Soure (ZIS).

A isenção ou redução subjectiva de taxas municipais, encontra-se prevista no Capítulo III do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais.

O n.º2 do artigo 25.º, dispõe que “*todos os pedidos relativos a operações urbanísticas estão isentos do pagamento de taxas quando digam respeito a edificações localizadas dentro das Zonas de Actividade Económica.*”

O n.º10 do mesmo artigo, refere ainda que a apreciação e decisão de eventual isenção ou redução de taxas, carece de formalização de pedido que deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária.

Analisando o pedido verifica-se que a operação urbanística se insere em Zona de Actividade Económica do concelho de Soure, pelo que se encontra reunido o requisito previsto no n.º2 do referido artigo 25.º, no que respeita à localização da operação urbanística.

**Em face do exposto somos de parecer que:**

**O requerente reúne o requisito previsto no n.º2 do artigo 25.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, pelo que está isento do pagamento das taxas municipais referentes ao processo em questão.**

3 de Outubro de 2012  
À consideração superior,  
(Edgar J. Domingues, Dr.)

*Foi tomado conhecimento.* \_\_\_\_\_

**Ponto 13. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO  
. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE - EM ZONAS RURAIS**



***19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Outubro de 2012***

**. Arruamentos Diversos na Freguesia de Vila Nova de Anços  
- Homologação do Auto de Recepção Provisória**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO  
CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE - EM ZONAS RURAIS  
ARRUAMENTOS DIVERSOS NA FREGUESIA DE VILA NOVA DE ANÇOS  
RECEÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de Câmara de **29.02.2012**, à empresa **Construções Júlio Lopes, S.A.**, pelo valor de **145.000,00 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,  
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais  
(Mário Monteiro, Engº.)  
09.10.2012

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços. \_\_\_\_\_*

**Ponto 14. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO  
. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE - EM ZONAS RURAIS  
. Arruamentos Diversos na Freg. da Vinha da Rainha  
- Homologação do Auto de Recepção Provisória**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO  
CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE - EM ZONAS RURAIS  
ARRUAMENTOS DIVERSOS NA FREG. DA VINHA DA RAINHA  
RECEÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de Câmara de **12.01.2012**, à empresa **Construções Júlio Lopes, S.A.**, pelo valor de **66.500,00 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,  
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais  
(Mário Monteiro, Engº.)  
09.10.2012

**19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Outubro de 2012**

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços. \_\_\_\_\_*

**Ponto 15. RECURSOS HUMANOS**

- . Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho
- . Contratação de Serviços Externos
  - Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: RECURSOS HUMANOS  
SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO  
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EXTERNOS  
- ADJUDICAÇÃO**

Por deliberação da Reunião de Câmara, de 14.09.2012, foi decidido recorrer à figura do ajuste directo, como procedimento prévio à adjudicação do serviço acima mencionado.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR
Seghisa - Gabinete Técnico de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, Lda.	19.200,00 euros

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e o preço da proposta está de acordo com o preço base definido, sugerimos a adjudicação do presente serviço à mesma.

De acordo com o n.º 1 do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato do presente serviço será reduzido a escrito.

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 103º do Código de Procedimento Administrativo, sugere-se a dispensa de audiência prévia uma vez que a adjudicação é favorável ao interessado.

**CONCLUSÃO**

Tendo em conta a presente informação, sugerimos:

1. A aprovação da minuta do contrato;
2. A dispensa de audiência prévia;
3. A adjudicação do presente serviço à empresa Seghisa - Gabinete Técnico de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, Lda.;
4. Autorização para a realização da despesa no valor de 19.200,00 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

À consideração superior,

**19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Outubro de 2012**

O Técnico-Superior,  
(Ivo Costa, Dr.)  
27.09.2012

DESPACHO:  
Adjudique-se.  
À Reunião de Câmara, para ratificação.  
O Vereador \*,  
(Américo Nogueira)  
27.09.2012

\* Competências delegadas e subdelegadas pelo Exmo. Senhor  
Presidente da Câmara Municipal, despacho de 06.11.2009

*Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Vereador, Américo Nogueira.* \_\_\_\_\_

**Ponto 16. REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA  
- Pronúncia**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **LEI N.º 22/2012, DE 30 DE MAIO**  
**REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA**  
**PRONÚNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-nos informar:

O regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica, aprovado pela Lei n.º22/2012, de 30 de Maio, prevê, no seu artigo 6.º n.º1 alínea c), em cada município de nível 3, uma redução global do respetivo número de freguesias correspondente a, no mínimo, 50 % do número de freguesias cujo território se situe, total ou parcialmente no mesmo lugar urbano ou em lugares urbanos sucessivamente contíguos e 25 % do número das outras freguesias.

O município de Soure enquadra-se nos municípios de nível 3, sendo que a redução em 25% levará, eventualmente, a uma redução de 3 freguesias.

No entanto, o artigo 7.º n.º 1, da mencionada lei, prevê uma flexibilidade da pronúncia da assembleia municipal, que poderá permitir, em casos devidamente fundamentados, uma proposta de redução do número de freguesias do respetivo município até 20 % inferior ao número global de freguesias a reduzir resultante da aplicação da percentagem de 25%.

Deste modo, apesar da sua inequívoca não concordância com a Lei n.º22/2012, na sua 3.ª Reunião Ordinária, realizada em 29/06/2012, a Assembleia Municipal aprovou a constituição de uma Unidade Política de Acompanhamento (UPA) do processo de reorganização administrativa territorial autárquica para o concelho de Soure, com vista a habilitar a Assembleia Municipal a

### ***19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 11 de Outubro de 2012***

emitir uma pronúncia fundamentada e a minimizar aquilo que podiam ser os impactos negativos de uma não pronúncia.

Desde logo, no exercício das suas funções, a referida UPA aprovou a realização de 3 auscultações às freguesias em risco de agregação, concretamente Brunhós, Degracias e Tapeus.

Nas auscultações realizadas em 30/09/2012, verificaram-se os seguintes resultados:

Tapeus – 364 eleitores inscritos; 185 votantes (50,82%); Votos a favor da agregação a Soure: 171; Votos a favor da agregação a Degracias: 4; Votos a favor da agregação a Pombalinho: 0; 9 votos brancos; 1 nulo;

Brunhós – 181 eleitores inscritos; 62 votantes (34,3%); Votos a favor da agregação a Gesteira: 49; Votos a favor da agregação a Samuel: 2; Votos a favor da agregação a Vila Nova de Anços: 5; 6 votos brancos; 0 nulos;

Degracias – 470 eleitores inscritos; 0 votantes;

#### **Assim, considerando:**

- a) Os resultados das auscultações às 3 freguesias;
- b) A realidade geográfica/social de cada uma das 3 freguesias;

A UPA elaborou uma proposta de pronúncia a apresentar à Assembleia Municipal de Soure, nos seguintes termos:

- Que nos termos do artigo 7.º n.º 1, da Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio, apenas haja lugar à redução de 2 freguesias;
- Brunhós agrega-se a Gesteira;
- Degracias agrega-se a Pombalinho;
- Denominação das novas freguesias: União das Freguesias de Gesteira e Brunhós; União das Freguesias de Degracias e Pombalinho;
- Identificação das freguesias em lugar urbano: 0
- Número de Freguesias: 10 freguesias;
- Definição e delimitação dos limites territoriais de todas as freguesias: Manutenção dos actuais limites para as freguesias inalteradas; nas duas freguesias resultantes de agregação, União das Freguesias de Degracias e Pombalinho e União das Freguesias de Gesteira e Brunhós, os limites de cada uma são os limites das freguesias agregadas, exceptuando os anteriores limites entre ambas;
- Determinação da localização das sedes das freguesias: Alfarelos – sede em Alfarelos; União das Freguesias de Degracias e Pombalinho – sede nas Degracias; União das Freguesias de Gesteira e Brunhós – sede na Gesteira; Figueiró do Campo – sede em Figueiró do Campo; Granja do Ulmeiro – sede na Granja do Ulmeiro; Samuel – sede em Coles de Samuel; Soure – sede em Soure; Tapeus – sede em Tapeus; Vinha da Rainha – sede em Vinha da Rainha; Vila Nova de Anços – sede em Vila Nova de Anços.

- **Nota Justificativa:**

***19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Outubro de 2012***

- Brunhós – trata-se da mais pequena freguesia do concelho, a agregar à freguesia contígua da Gesteira;
- Degracias - a agregar à freguesia contígua de Pombalinho, uma vez que se tratam de 2 freguesias que, de alguma forma, têm constituído uma só realidade geográfica/social, sendo que recentemente têm vindo a ter uma resposta conjunta em diversos domínios, tais como,  
Educação: Centro Escolar das Freguesias de Degracias e Pombalinho;  
Ação Social: Centro Social das Malhadas, uma IPSS cuja área de influência corresponde ao território das 2 freguesias;  
Saúde: Extensão de Saúde das freguesias das Degracias e Pombalinho;
- Continuidade da freguesia de Tapeus, que, entre outras razões, se justifica pela existência de condições objectivas para se avaliar o processo de alargamento da mesma, com alguns lugares ultraperiféricos da freguesia de Soure, mas geograficamente dentro ou quase da freguesia de Tapeus.

Compete à assembleia municipal, nos termos do n.º1 do artigo 11.º da Lei 22/2012, de 30 de Maio, deliberar sobre a reorganização administrativa do território das freguesias, respeitando os parâmetros de agregação e considerando os princípios e as orientações estratégicas definidos na presente lei, sem prejuízo do disposto nos n.º 3 e 4 do artigo 6.º e no artigo 7.º.

Esta deliberação designa-se por pronúncia da assembleia municipal.

Nos termos do n.º5 do mencionado artigo 11.º, a pronúncia da assembleia municipal deve conter os seguintes elementos: Identificação das freguesias consideradas como situadas em lugar urbano, nos termos e para os efeitos da Lei 22/2012, de 30 de Maio; Número de freguesias; Denominação das freguesias; Definição e delimitação dos limites territoriais de todas as freguesias; Determinação da localização das sedes das freguesias; Nota justificativa.

Ao abrigo do n.º2 do artigo 11.º, compete à câmara municipal exercer a iniciativa para a deliberação da assembleia municipal ou em alternativa apresentar um parecer sobre a reorganização do território das freguesias.

Em face do exposto sugere-se:

- **Que nos termos do n.º2 do artigo 11.º da Lei n.º22/2012, a Câmara Municipal delibere sobre a proposta de reorganização administrativa do território das freguesias do concelho de Soure, elaborada pela UPA e a apresentar à Assembleia Municipal para efeitos do n.º1 do artigo 11.º do mesmo diploma;**
- **Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, sobre a proposta da UPA, apresentação da mesma, para efeitos do n.º1 e do n.º3 do artigo 11.º, atento o previsto no do n.º5 do mesmo artigo, à Assembleia Municipal, para que esta se pronuncie.**

À consideração superior,  
09.10.2012  
O Jurista,

***19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Outubro de 2012***

(Edgar J. Domingues, Dr.)

DESPACHO

A Unidade Política de Acompanhamento  
eleita na Sessão da Assembleia Municipal  
de 29/06/2012, deverá pronunciar-se.

⇒ Ao c/ Secretária da Presidência,  
Ana Sofia, Dra.: - “Convidar” todos  
os elementos da Unidade Política de  
Acompanhamento p/ uma Reunião Urgente,  
amanhã, 10/10/2012, pelas 19H.  
(João Gouveia, Dr., Presidente de Câmara)

O Senhor Presidente referiu que: “a Assembleia Municipal aprovou a Constituição de uma Unidade Política de Acompanhamento - UPA - para proceder à elaboração de uma Proposta de Pronúncia a apresentar à Assembleia Municipal, no âmbito da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica.

A Unidade Política de Acompanhamento considerando: quer a realidade concreta do Concelho de Soure, quer os Pareceres das Juntas e Assembleias de Freguesia - Brunhós, Degracias e Tapeus -, em risco de agregação (todos, sem excepção, a defenderem a continuação das Freguesias, não admitindo deixar de o ser!!!...), quer os resultados das auscultações realizadas nessas três Freguesias...

... Aprovou, de forma consensual e unânime, a Proposta de Pronúncia elaborada pelo Gabinete Jurídico do Município sobre a qual recaiu um Despacho da Presidência determinando o seu envio para apreciação da UPA.

Trata-se, a nosso ver, de uma Proposta de Pronúncia que minimiza de forma sustentada e equilibrada o impacto negativo no Concelho de uma lei com a qual estamos em completo desacordo.

No essencial, esta Proposta de Pronúncia, pretende que se utilize o mecanismo legalmente previsto da flexibilidade, de 25% para 20%, isto é, que o número de Freguesias reduza não de doze para nove, mas, de doze para dez... Pretende-se, igualmente, que, a ser assim, se assegure a majoração na receita legalmente prevista...

... De acordo com o previsto na lei, esta Proposta de Pronúncia indica as áreas, as denominações e as sedes de cada uma das Freguesias... Assim, para oito das Freguesias, tudo deveria continuar como estava, sendo que nas outras:

- As novas denominações serão, União das Freguesias de Gesteira e Brunhós, e União das Freguesias de Degracias e Pombalinho...
- As áreas e delimitações corresponderão, ao somatório das das freguesias a agregar, e aos seus limites, exceptuando os limites anteriores entre ambas...

***19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Outubro de 2012***

- As novas sedes deverão ser, respectivamente, Gesteira e Degracias, naturalmente, de acordo com os critérios legalmente previstos no que toca à “centralidade” nos mais diversos domínios (Educação, Acção Social, Saúde...)... Assim, propõe-se que a Câmara Municipal aprove um Parecer Favorável a esta Proposta de Pronúncia apresentada pela Unidade Política de Acompanhamento, sobre a qual a Assembleia Municipal se deverá pronunciar.”

A Senhora Vereadora Dra. Sónia Vidal referiu que: “agora fiquei um bocadinho confusa, não sei se estivemos na mesma reunião ontem, porque não me pareceu que o Senhor Presidente tivesse levado a votação este Parecer... Não me recordo, sinceramente, que tinha sido votado... Com certeza que se apercebeu, que nem eu, nem o Senhor Deputado Municipal, Dr. Serralha Duarte, estávamos muito de acordo com este caminho apresentado pelo Senhor Presidente... Tudo bem, esta UPA - Unidade Política de Acompanhamento desenvolveu um trabalho muito positivo até este ponto, na página dois da informação jurídica, antes do considerando... Fizemos todas as diligências para que se ouvisse as populações, decidimos como seriam os boletins para a auscultação da população, o boletim informativo para a participação de todos, tudo isso foi feito nesta Unidade Política de Acompanhamento, nas reuniões que tivemos...

Ontem, quando compareci à reunião para a qual fui convocada, vinha com a certeza que iríamos elaborar, na Unidade Política de Acompanhamento, em conjunto, esta Proposta de Pronúncia... E não me recordo que tenha sido posta à votação, daí a minha perplexidade...”

O Senhor Presidente referiu que: “Senhora Vereadora, Dra. Sónia Vidal... não sei se tem a noção disso, mas, quanto a todas as propostas de quaisquer outros pontos, que apreciámos e votámos antes, e noutras reuniões... não me lembro de ter reunido consigo para elaborarmos qualquer destas propostas em conjunto!!!... Percebe o que lhe estou a dizer, relativamente ao seu argumento, absolutamente inócuo e irrelevante... Quanto à reunião de ontem... estivemos, de facto, na mesma reunião... eu não estive, de certeza, foi noutra qualquer reunião que a Senhora Vereadora possa ter tido com o Senhor Deputado Municipal, Dr. Serralha Duarte... Estive na mesma reunião em que foi apresentada uma proposta desenvolvida pelo Gabinete Jurídico... Adiantei nessa reunião, que, em termos concretos de estratégia municipal, colaborei na elaboração dessa proposta... Que, a não ser apresentada qualquer outra considerada melhor alternativa, deveríamos



**19.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Outubro de 2012**

aprovar aquela, e que a mesma deveria ser subscrita por todos os membros da UPA... Não me recordo de, então, a Senhora Vereadora, Dra. Sónia Vidal, ou o Senhor Deputado Municipal, Dr. Serralha Duarte, terem apresentado qualquer proposta alternativa... Recordo que puseram algumas reticências... não me recordo de terem apresentado qualquer sugestão alternativa, muito menos de terem dito que não assinavam... Aliás, eu até referi, então, que se não assinassem não haveria problema nenhum!!!... O Senhor Deputado Municipal, Dr. Serralha Duarte, usou uma expressão curiosa: *“eu aprovo isto mas, se calhar, na Assembleia Municipal abstenho-me porque sou das Degracias!!!...”* Não comentei... A Senhora Vereadora, Dra. Sónia Vidal, não disse nada, esteve sempre calada... A Senhora Vereadora não disse que não concordava, em momento algum!!!...

Se a Senhora Vereadora, entretanto, achou que esta estratégia não é a que melhor serve o PSD de Soure, está no seu direito de votar contra... e, até, de votar contra no âmbito da sua participação na Unidade Política de Acompanhamento que integrou... Pode e deve fazê-lo... Tenha coragem e diga *“eu na Unidade Política de Acompanhamento, votei contra!!!...”* Sabemos que não foi verdade... Também se pode abster hoje, está à vontade para fazer, como sempre, o que entender...

Há uma coisa que a Senhora Vereadora não vai apagar... é que esta é uma Lei do PSD e do CDS, aprovada com os votos contra do PS !!!... É uma Lei com a qual sempre discordámos... É uma Lei que pode não fazer sentido, mas, num Estado de Direito, ela está em vigor!!!... E porque está em vigor, foi eleita pela Assembleia Municipal uma Unidade Política de Acompanhamento com dez elementos: cinco de PS, três do PSD, um da CDU e um do BE... Não respeitámos a proporcionalidade, porquê?... Porque a questão era suprapartidária, era Concelhia!!!... Nós, estamos contra a Lei... Nós não temos que a defender... nós, porventura, não nos deveríamos pronunciar, mas, entendemos que a irresponsabilidade e o assobiar para o lado não fazem parte da nossa forma de estar na vida e na política... por isso mesmo, ainda que no âmbito dessa lei com a qual discordamos, assumimos que, face à realidade do Concelho de Soure, entre “Lisboa”, entenda-se a Assembleia da República, decidir : Brunhós, Tapeus e Degracias, “vão à vida”...

... Considerámos um mal menor:

Que se criasse uma nova Freguesia, “União das Freguesias de Gesteira e Brunhós”... Tapeus, porque entendemos que deverá agregar um conjunto de lugares da Freguesia de Soure, ultraperiféricos, como, Porto Coelheiro, Venda Nova, Quinta de S. Bento, Relves, Presa, deverá continuar Freguesia... Degracias e Pombalinho poderão constituir uma realidade territorial homogénea, sendo que, a terem que ser uma só Freguesia, com a denominação de União das Freguesias de



***19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Outubro de 2012***

Degracias e Pombalinho, a sede, face ao previsto na Lei, deverá ser nas Degracias, porque é lá que estão o Centro Escolar, a Extensão de Saúde, quase toda a centralidade...

Sem complexos, sem problemas político partidários, com a consciência de que, porque conhecemos a realidade concelhia, esta é a solução que permitirá minimizar o impacto negativo desta lei com a qual não concordamos, votamos a favor da Emissão de Parecer Favorável a esta Proposta de Pronúncia...”

A Senhora Vereadora Dra. Sónia Vidal referiu que: “ontem levantámos essa questão...”

O Senhor Presidente referiu que: “a Senhora Vereadora, nessa reunião, não levantou questão alguma... Concordou com tudo, de forma pelo menos implícita, pois não fez qualquer intervenção... Em primeiro lugar esta é a proposta da Unidade Política de Acompanhamento... Se quiser, embora assim não tenha ocorrido, é uma proposta aprovada por maioria, com o seu voto contra e o do Senhor Deputado, Dr. Serralha Duarte... Mas, esta é a proposta que está em discussão...”

Se a Senhora Vereadora não concorda com a proposta, vote contra... Não faz é qualquer sentido, discutir na Câmara Municipal, o órgão a que presido, aquilo que foi a nossa reunião, na Unidade Política de Acompanhamento!!!!... A Senhora Vereadora diz que não foi isso que aprovou... Como já lhe sugeri, antes, faça o seguinte: diga que na reunião de ontem da UPA votou contra e que gostaria que tal ficasse na acta da mesma...”

A Senhora Vereadora Dra. Sónia Vidal referiu que: “Senhor Presidente, desculpe lá, mas ontem não houve votação!!!!...”

O Senhor Presidente referiu que: “claro que houve votação, pelo menos, implícita... Lá foi dito que a proposta era esta, assinada por um técnico do Gabinete Jurídico, que seria formalizada e subscrita por todos os membros da UPA... A Senhora Vereadora disse alguma coisa?... Zero!!!!...”

Estamos a apreciar uma Proposta de Pronúncia concreta...

A Senhora Vereadora não está a falar verdade quanto ao que se passou na reunião da Unidade Política de Acompanhamento... mas, isso neste momento é

***19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Outubro de 2012***

irrelevante... Esta Proposta de Pronúncia foi aprovada na Unidade Política de Acompanhamento... com ou sem o seu voto!!!...”

A Senhora Vereadora Dra. Sónia Vidal referiu que: “não lhe admito, não estou a mentir... eu não votei nem contra, nem a favor, porque não foi a votação!!!!...”

O Senhor Presidente referiu que: “quando na reunião da UPA foi referido que esta proposta iria ser assinada por todos... então, a Senhora Vereadora não disse que não assinava!!!!... Qual é o seu problema?... Se esta não é a sua proposta, o que é que lhe custa a si dizer que nela não se revê e, por isso, vota contra?... O seu silêncio na reunião de ontem, o seu comportamento de hoje, configuram uma atitude difícil de qualificar no plano do comportamento pessoal...”

A Senhora Vereadora Dra. Sónia Vidal referiu que: “na minha intervenção, há pouco, comecei por dizer que quando fui convocada para a reunião de ontem estava convicta de que iríamos elaborar, em conjunto, uma proposta e fui confrontada com a proposta já feita!!!!... Está-me a chamar mentirosa?...”

O Senhor Presidente referiu que: “julgo que fui bem claro... não retiro uma palavra ao que já disse...”

A Senhora Vereadora Dra. Sónia Vidal referiu que: “o Senhor Presidente tem o hábito de ser indelicado e eu também não tenho medo de si, nem lhe admito que seja indelicado para comigo...”

O Senhor Presidente referiu que: “em Democracia, a Senhora Vereadora e qualquer um pode dizer o que quiser nos limites da boa educação... A verdade é que na reunião da UPA a Senhora Vereadora não se opôs em momento algum a esta proposta, isto é, concordou com ela, no mínimo, de forma implícita...”

A Senhora Vereadora Dra. Sónia Vidal referiu que: “não sou mentirosa!!!!.. o Senhor Presidente é que está a mentir neste momento!!!!... Não votei contra, nem a favor!!!!...”

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Outubro de 2012*

O Senhor Presidente referiu que: “apresentou alguma sugestão ou outra proposta alternativa, Senhora Vereadora?...”

A Senhora Vereadora Dra. Sónia Vidal referiu que: “não, só estava convicta que iríamos trabalhar na proposta ontem, em conjunto!!!... Esta Unidade Política de Acompanhamento foi criada para trabalharmos em conjunto!!!.... O Senhor Presidente apresentou tudo!!!!...”

O Senhor Presidente referiu que: “então porque é que não disse isso ontem?... Noutras matérias alguma vez a convidei para fazer alguma proposta conjunta comigo?... Nos últimos quatro anos, nunca!!!... Eu apresentei uma proposta... sabe qual era o trabalho que a Senhora Vereadora trazia?... zero!!!... Bom... mas, não estamos aqui para discutir o que se passou na Unidade Política de Acompanhamento... quando lhe foi entregue a proposta para assinar, a Senhora Vereadora... Ou assinava ou não!!!... A reunião de Câmara está confrontada com uma Proposta de Pronúncia concreta, que a grande maioria dos membros da Unidade Política de Acompanhamento aprovou, ou tem alguma dúvida?!... Agora a Senhora Vereadora o que tem que fazer é votar, a favor, abster-se ou contra... Até lhe faço um desafio, diga qual era a sua proposta alternativa, se é que a tem, já que traria trabalho de casa feito para procurar colaborar!!!!...”

A Senhora Vereadora Dra. Sónia Vidal referiu que: “era analisarmos as auscultações da população e decidirmos, em conjunto, mediante os votos, mediante as auscultações que se fizeram às populações... O meu voto é a abstenção, porque não me revejo na proposta que já ia elaborada...”

O Senhor Presidente referiu que: “ficámos a saber que o PSD, um dos Partidos responsáveis pela Lei contra a qual estamos, hoje, ao contrário de ontem, se abstem quanto ao Parecer relativo a esta Proposta de Pronúncia...”

O Senhor Vereador Mário Jorge Nunes referiu que: “como sabem, para além de ser Vereador e Autarca eleito, nas Eleições Autárquicas de 2009, pela lista do Partido

***19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Outubro de 2012***

Socialista, encabeçada pelo Senhor Presidente, dá-me legitimidade para, na altura própria, poder declarar aquilo para que fui eleito. Como eleito vinculado ao Partido Socialista, cabe-me aqui, sobre este assunto de grande importância política, fazer uma intervenção que serve de Declaração de Voto.”

### Declaração de Voto

Como autarca eleito pelo Partido Socialista, com a responsabilidade acrescida de ser o representante do PS no concelho de Soure, venho desta forma efectuar uma declaração de voto clarificadora sobre a posição dos socialistas de Soure, tendo por base a publicação da Lei nº 22/2012, que “aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica”, nomeadamente o previsto nos seus artigos 11º, “Pronúncia da assembleia municipal”, e 7º, “Flexibilidade da pronúncia da assembleia municipal”, comunicando aos munícipes o seguinte:

1- **Rejeita-se**, globalmente o modelo de reforma administrativa local indicada pela lei nº 22/2012, de 30 de maio, e repudia-se que a mesma seja centrada na decisão de Assembleias Municipais, órgãos exógenos às Freguesias, também de acordo com as orientações da ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias;

2- **Somos contra** a extinção ou agregação de qualquer das Freguesias do concelho de Soure, a não ser que, por sua iniciativa, tivesse sido manifestada essa vontade, concordando sim com o reforço das competências e dos meios financeiros para as Freguesias;

3- **Considera-se** que uma reforma administrativa local que se pretenda coerente e inteligente, deve respeitar o princípio da adesão voluntária, auscultando as populações, envolvendo autarcas, defendendo a autonomia e identidade locais;

4- **Considera-se** que os princípios orientadores e os eixos estruturantes da reforma da administração local autárquica, nomeadamente os previstos na Resolução do Conselho de Ministros nº 40/2011, de 8 de setembro de 2011, bem como do Documento Verde da Reforma da Administração Local, apresentado em 26 de setembro do mesmo ano, se encontram definitivamente desvirtuados, uma vez que já não está prevista a realização de uma Reforma de Gestão, nem uma Reforma Política, só restando esta Reforma do Território (de organização do território);

**Ainda assim**, e tendo em conta a publicação em Diário da República da referida Lei nº 22/2012, de 30 de maio, que salienta que “a assembleia municipal goza de uma margem de flexibilidade que lhe permite, em casos devidamente fundamentados, propor uma redução do número de freguesias do respectivo município até 20%, inferior ao número global de freguesias a reduzir resultante da aplicação das percentagens previstas no nº1 do artigo 6º”, e a obrigatoriedade legal que a mesma impõe.

Vêm o Partido Socialista de Soure, recomendar a aceitação e aprovação pela Assembleia Municipal de uma proposta de pronúncia apresentada pela UPA - Unidade Política de

***19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Outubro de 2012***

Acompanhamento - reconhecendo mérito ao trabalho realizado por esta "comissão", concordando que essa mesma proposta sendo uma proposta sensata, encontra soluções fundamentadas, demonstra conhecimento da realidade social dessas freguesias, que minimiza os impactos negativos da aplicação cega da lei e as consequências ainda mais negativas de uma não pronúncia da Assembleia Municipal.

Assim, havendo pronúncia da Assembleia Municipal, favorável a esta proposta, o concelho de Soure, será administrativamente dividido em 10 (dez) freguesias em vez de 9 (nove) que a Lei viria a impor; as duas unidades territoriais a criar mantém o essencial do património histórico, cultural e social das freguesias agregadas e verão o seu esforço de agregação por esta via, compensado numa bonificação em 15% sobre as transferências anuais do Orçamento do Estado para estes territórios.

Se o actual Governo mantiver a teimosa vontade de execução desta Lei, com a qual não concordamos, estão assim reunidas condições preventivas e legais para que o concelho de Soure seja o menos prejudicado possível com a aplicação desta Lei que visava unicamente extinguir freguesias e afastar os cidadãos do poder local democrático.

Soure, 11 de Outubro de 2012

O Senhor Vice-Presidente Dr. Santos Mota referiu que: “naturalmente que subscrevo, na íntegra, a Declaração de Voto apresentada pelo Senhor Vereador, Mário Jorge Nunes. Acima de tudo, trata-se de uma Proposta de Pronúncia que visa minimizar as consequências da Lei. Sou completamente contra esta Reforma Administrativa Local, redução do número de Freguesias. Mas com esta Proposta de Pronúncia temos a possibilidade de reduzir 2 e não 3 Freguesias.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “não tendo nada a acrescentar, penso que foi correcto aproveitar a possibilidade que, legalmente, foi dada à Assembleia Municipal de se pronunciar relativamente à Reorganização Administrativa Territorial do Concelho de Soure. Concordo com a Proposta de Pronúncia apresentada pela Unidade Política de Acompanhamento. Espero que todo este esforço e este trabalho tenham valido a pena e que a Unidade Técnica venha efectivamente, a emitir um Parecer Favorável à Pronúncia apresentada pela Assembleia Municipal de Soure.”

O Senhor Vereador Américo Nogueira referiu que: “subscrevo as palavras do Senhor Vereador, Mário Jorge Nunes, e irei votar favoravelmente a Proposta de Pronúncia apresentada pela UPA, uma vez que, no actual contexto, será sempre a melhor solução para uma Lei que nós não desejamos, não queremos e estamos todos contra, mas não podemos, perante a mesma, estar calados.”

**19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Outubro de 2012**

*Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor dos Senhores Vereadores eleitos pelo P.S. e duas (2) abstenções das Senhoras Vereadoras eleitas pelo P.S.D., aprovar um Parecer Favorável à Proposta de Pronúncia apresentada pela Unidade Política de Acompanhamento.* \_\_\_\_\_

*Esta Proposta de Pronúncia será submetida à Assembleia Municipal.* \_\_\_\_\_

**Ponto 17. LICENCIAMENTO ZERO**

- . Agência para Modernização Administrativa, I.P. (AMA)
- Designação de Interlocutor

Foram presentes as seguintes informações:

**Assunto : Licenciamento zero  
Ofício Circular nº 1 / 2012**

Na sequência da reunião realizada no dia 2 de outubro de 2012, na Câmara Municipal de Montemor o Velho, cumpre-me informar Vª Exª das matérias tratadas.

O DL 48/2011, de 1 de Abril apresenta e regulamenta a iniciativa Licenciamento Zero que visa reduzir encargos administrativos sobre os cidadãos e as empresas, através da eliminação de licenças, autorizações e outros atos permissivos, substituindo-os por um reforço de fiscalização, designadamente através da:

- Simplificação e desmaterialização do regime de instalação e funcionamento dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas, de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenagem;
- Simplificação e desmaterialização dos regimes conexos de operações urbanísticas, ocupação do espaço público e publicidade de natureza comercial de qualquer atividade económica;
- Facilitação do acesso a estes serviços através da sua disponibilização num balcão único eletrónico, designado Balcão do Empreendedor, acessível através do Portal da Empresa.

O balcão do empreendedor foi criado pela Portaria 131/2011, de 4 de abril entretanto alterada pela Portaria 284/2012, de 20 de setembro, relativamente aos prazos de implementação.

Fixa a referida portaria que, até 31 de dezembro de 2012 decorre a fase experimental. Será nos municípios de Abrantes, Águeda, Palmela, Portalegre e Porto.

Até 2 de Maio de 2013 todos os municípios deverão ter aderido ao balcão do empreendedor, data em que o licenciamento zero se aplicará integralmente em todo o território nacional.

A Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA) tem a missão de desenvolver e gerir o balcão do empreendedor.

Juntamente com os municípios prepara os conteúdos e serviços do balcão do empreendedor tendo em vista a sua disponibilização numa plataforma tecnológica que dê resposta às exigências do diploma.

Foi solicitado aos municípios que designem um interlocutor, até ao próximo dia 8 de outubro de 2012, através do mail [servicos.postais@ama.pt](mailto:servicos.postais@ama.pt), para dar início aos trabalhos de preparação dos conteúdos.

**19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Outubro de 2012**

*Sobre esta questão, sugiro que eu, enquanto Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Planeamento, seja nomeada a interlocutora da Câmara Municipal de Soure junto da Agência da Modernização Administrativa.*

Maria José Carvalho – Eng.ª Civil  
Chefe de Divisão de G.U.P.  
4 de outubro de 2012

**DESPACHO**

De Acordo.

Designo como “Interlocutora” a Senhora  
Eng.ª Maria José, Chefe de Divisão  
de Gestão Urbanística e Planeamento.  
⇒ À Reunião de Câmara.

2012.10.04

(João Gouveia, Dr. Presidente de Câmara)

e

Assunto: **LICENCIAMENTO ZERO**

**BALCÃO DO EMPREENDEDOR**

**IMPLEMENTAÇÃO DA MEDIDA 5.36 DO “MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE AS CONDIÇÕES DA POLÍTICA  
ECONÓMICA”**

**AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

**DESIGNAÇÃO DE INTERLOCUTOR**

**COMPETÊNCIA**

A Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA), enquanto responsável pelo acompanhamento do projecto de desenvolvimento do “Balcão do Empreendedor” e de prestação aos Municípios do apoio técnico necessário à concretização da sua adesão ao mesmo, veio convidar o Município de Soure a designar um interlocutor, na Câmara Municipal de Soure.

Relativamente a este assunto é solicitado parecer quanto à competência para a designação do mencionado interlocutor.

A figura deste interlocutor não se encontra prevista em nenhum diploma legal.

De acordo com informação disponibilizada no sitio oficial da internet <http://www.rcc.gov.pt>, a envolvimento dos municípios de Portugal continental na disponibilização de conteúdos no Balcão do Empreendedor, torna necessária a designação de um Interlocutor Único (IU), para assegurar a articulação nesta matéria entre a AMA e o Município.

Ou seja, as funções do interlocutor são de articulação operacional entre as duas entidades no que respeita à disponibilização de conteúdos (Regulamentos Municipais, Planos de Ordenamento do Território, etc) no “Balcão do Empreendedor”.

Deste modo, não resultando de diploma legal que a designação seja efectuada pelo órgão Câmara Municipal, cabe ao Presidente da Câmara, ao abrigo da competência prevista na alínea a) do n.º1 do artigo 68.º da Lei n.º169/99, de 18/09, efectuar a designação do interlocutor.

À consideração superior,  
O Jurista,  
(Edgar J. Domingues, Dr.)

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Outubro de 2012*

04.10.2012

*Foi tomada conhecimento.* \_\_\_\_\_